



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Urbano extensivo e informalidade no sudeste paraense: superando dicotomias

Patrícia Capanema Álvares Fernandes
UNIFESSPA

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

O artigo propõe discutir o tema da informalidade urbana e suas implicações na Amazônia, mais especificamente no sudeste paraense. Sob a luz da ideia da urbanização extensiva, propõe possíveis caminhos para a superação das dicotomias rural x urbano, campo x cidade, e formal x informal. As especificidades dos padrões de ocupação da Amazônia e em especial desta região apresentam alta complexidade e diversidade, devido ao histórico de formação, as ondas de investimento federal, a rápida urbanização e a questão da titularidade da terra. Diante disso, torna-se necessária a revisão dos conceitos de informalidade e suas aplicabilidades nesse contexto, a fim de contribuir para o campo de estudos do planejamento urbano e regional. Para tal, o artigo apresenta uma revisão de noções e conceitos acerca da informalidade urbana, evidenciando como é entendida e aplicada em diversos contextos. A análise é seguida de uma breve revisão histórico-geográfica da ocupação na região, buscando compreender a informalidade dentro de um espectro espacial mais amplo que compreende processos tradicionais e espontâneos ou induzidos pelos grandes projetos e infraestruturas, segundo modelo rodoviarista. O artigo culmina com uma proposta metodológica para investigação da informalidade no sudeste paraense com enfoque implicações socioespaciais e superação de dicotomias.

Palavras-chave. Urbano extensivo, informalidade, amazônia, morfologia

Extensive urbanism and informality: overcoming dichotomies

Abstract. This paper proposes a discussion on urban informality and its implications in the Amazon region, more specifically on the Southeast Pará. Underlined by the concept of extensive urbanism, it proposes possible paths for overcoming dichotomies such as rural x urban, hinterland x city, formal x informal. The specificities of the urbanization patterns in the Amazon and specially this region are highly complex and diverse, due to its history of formation, the waves of federal investment, the rapid urbanization and the issue of land property. Therefore, the revision of the concept of informality and its applications becomes necessary in this context, as a contribution to the urban and regional planning studies field. Thus, the article presents a revision of the notions and concepts of urban informality, highlighting how it is understood and applied in diverse contexts. The analysis is followed by a brief historical revision of the occupation in the region, seeking to understand informality considering a wider spatial spectrum which includes traditional and spontaneous processes or those induced by great projects and infrastructures. The article ends with a methodological proposal for the investigation of informality in the southeast Pará with focus on the socialspatial implications and the overcoming of dichotomies.

Keywords: extensive urbanism, informality, Amazon, morphology

Urbanismo extensivo e informalidad en el sureste de Pará: superando las dicotomías

Resumen. El artículo se propone discutir el tema de la informalidad urbana y sus implicaciones en la Amazonía, más específicamente en el sureste de Pará. Bajo la luz de la idea de urbanización extensiva, propone posibles caminos para superar las dicotomías rural x urbano, campo x ciudad y formal x informal. Las especificidades de los patrones de ocupación en la Amazonía y en esta región en particular son altamente complejas y diversas, debido a la historia de formación, las oleadas de inversión federal, la rápida urbanización y la cuestión de la propiedad de la tierra. Por lo tanto, es necesario revisar los conceptos de informalidad y su aplicabilidad en este contexto, a fin de contribuir al campo de los estudios de planificación urbana y regional. Para ello, el artículo presenta una revisión de nociones y

conceptos sobre la informalidad urbana, mostrando cómo se entiende y aplica en diferentes contextos. El análisis es seguido por una breve revisión histórico-geográfica de la ocupación en la región, buscando comprender la informalidad dentro de un espectro espacial más amplio que incluye procesos tradicionales y espontáneos o inducidos por grandes proyectos e infraestructuras, según el modelo vial. El artículo culmina con una propuesta metodológica para investigar la informalidad en el sureste de Pará con foco en las implicaciones socioespaciales y la superación de las dicotomías.

Palabras clave: urbanismo extensivo; informalidad; Amazonia

1. Revisando conceitos

1.1. Urbanização Extensiva

Há pelo menos duas décadas o termo ‘urbano extensivo’ tem sido utilizado por diversos autores para explicar os processos de urbanização na Amazônia. O conceito, introduzido por Roberto Monte-mór (2006; 1994; 2004), expressa uma espacialidade social particular característica do capitalismo tardio, na qual presenciamos a extensão das relações sócio-espaciais contemporâneas – formas e processos urbano-industriais – antes restritas às cidades, aos espaços anteriormente compreendidos como rurais, nas escalas regionais, nacionais e globais.

O fenômeno, hoje reconhecido como global, é ainda mais evidente na Amazônia, largamente percebida como uma região rural, senão como natureza prístina. Segundo o autor, apesar da urbanização acelerada na região nas últimas décadas, as capitais estaduais e cidades médias ainda são questionadas quanto à sua urbanidade, em face de uma população migrante instável e infraestrutura urbana precária. Ao contrário, o autor argumenta que o fenômeno urbano não só é presente nas cidades amazônicas, mas em outros espaços sociais como assentamentos de mineração, na indústria madeireira, pecuária e agronegócio (Ibid, 2004).

A extensão desse tecido urbano-industrial, que avançou nas principais cidades brasileiras, tomando também as cidades pequenas e suas imediações, chega também as regiões de Fronteira Amazônica, na medida em que essas regiões são transformadas segundo as necessidades dos centros urbano-industriais. Isso se torna evidente na medida em que essas regiões sofreram (e ainda sofrem) intensas transformações decorrentes de grandes projetos de integração nacional desde os governos militares, visando a integração dos territórios através principalmente de infraestruturas rodoviárias, como veremos na próxima sessão. Na Fronteira Amazônica, a superação da dicotomia cidade-campo dá lugar “à articulação tecido urbano-floresta, na qual as relações de produção (e reprodução) vão sendo reconstruídas nas bases da vida cotidiana (CASTRIOTA, 2016, p. 517). Um exemplo dessa reconstrução é a questão da titularidade da terra e das novas regulações urbanas que, seguindo normativas da lógica urbano-industrial, reconceituam e reclassificam modos de vida tradicionais baseados em outras visões de mundo que incluem a coletividade da terra e dos recursos.

Desde sua formulação, a ideia da urbanização extensiva tem sido utilizada por alguns autores para explicar o fenômeno urbano na Amazônia, para além das cidades, contemplando tanto espaços da mineração, considerados como “não-cidades” (CASTRIOTA, 2021) quanto um mosaico de ruralidades em diferenciados processos de urbanização (CÔRTEZ; D’ANTONA; OJIMA, 2020). Para Castriota (2021) a urbanização extensiva não é somente um conceito a ser utilizado mas um projeto político para a transformação dos estudos urbanos por ele chamados de “cidadinos” que privilegiam as grandes cidades como locus de estudos sobre as transformações da sociedade urbana. Ainda, para o autor, a potencialidade dos estudos na região está também na “capacidade de deslocamento do imaginário do ‘cânone’ brasileiro, centrado no sudeste e na cidade”; a compreensão das formas e processos de urbanização extensiva oferece oportunidades de avançarmos “na crítica das caricaturas históricas da Amazônia como floresta prístina de ruralidade homogênea e como vazio demográfico” (ibid, p. 39).

Ao estudar a região entre Altamira e Santarém, no noroeste do Pará, Côrtes, D’Antona e Ojima (2020) partem da noção da urbanização extensiva para elaborar uma proposta teórico-metodológica para a compreensão de territórios em transição urbana na Amazônia. Tal abordagem

visa contemplar a “multidimensionalidade do fenômeno urbano e as dinâmicas híbridas das territorialidades amazônicas”, ampliando “a ideia da urbanização para além dos núcleos consolidados na conformação de um tecido urbano, sem se restringir às feições usualmente tipificadas de forma dicotômica em ‘urbano’ ou ‘rural’” (ibid, p. 4). Assim, a urbanização extensiva define, nesses estudos, a emergência de novas ruralidades na medida em que se entrelaçam ao núcleo urbano, conformando um tecido virtual (da sociedade virtualmente urbana de Lefebvre).

Ambos estudos se ancoram na ideia da urbanização extensiva para a compreensão de espaços diversos que não se enquadram em categorias fixas tais como urbano e rural, mas que estão inseridos nas lógicas de (re)produção capitalistas que vão além do campo da economia, transformando as morfologias espaciais e a vida cotidiana. Como observado por Monte-mór (2004), diante da incompletude do projeto de modernização, a extensão das relações urbano-industriais capitalistas, entendida como urbanização extensiva, resulta na produção de diversas combinações de sociedade-espaço-tempo, com vários níveis de heterogeneidade multitemporal como as descritas por Canclini (1998). Especialmente no sudeste paraense, tal heterogeneidade produz diferentes arranjos e formas socioespaciais, de grande complexidade morfológica (CARDOSO et al, 2020), que não se enquadram em dicotomias tradicionais tais como rural/urbano.

Apesar de muitos estudos já terem avançado na superação dessas dualidades, como apontado por Côrtes et al (2020), uma questão que ainda requer revisão teórico-metodológica neste sentido é a da informalidade urbana, sobretudo na Amazônia e mais especificamente no sudeste paraense onde a questão da terra apresenta alta complexidade devido aos processos histórico-geográficos, como explicaremos brevemente a seguir. Assim como a urbanização extensiva tem sido utilizada para explicar os processos de urbanização na Amazônia, é necessário abordar o tema da informalidade para além da questão da legalidade, compreendendo a informalidade como um espectro além da polaridade legal x ilegal, formal x informal.

1.2. Informalidade

Nas últimas décadas o debate sobre a informalidade tem se intensificado no campo dos estudos urbanos, visto que grande parte da população das cidades do Sul Global vive sob essas condições (CLICHEVSKY, 2007), dentro de um amplo espectro de contextos de ilegalidade, seja através da autoconstrução ou em decorrência de conflitos pela posse de terra. Antes predominantemente vista como algo negativo a se combater e erradicar, a informalidade tem sido reexaminada sob diversas lentes, em alguns casos vista como potencialidade, como uma oportunidade epistemológica na investigação dos modos de produção do espaço (ROY, 2005). Isso parte do reconhecimento de que grande parte das cidades são produzidas de maneira informal, sendo a informalidade, para Ananya Roy, uma parte intrínseca e fundamental de produção espacial capitalista, na medida em que a diferenciação entre espaços formais e informais gera uma rede de espaços valorizados e desvalorizados na fronteira da acumulação primitiva e da gentrificação. Assim, a informalidade não significa a exclusão de processos econômicos ligados ao capital, mas um modo de produção capitalista por excelência. Para a autora, o estudo da informalidade revela formas de conhecimento, expertise, imaginação e inovação que são invisíveis às teorias do planejamento. O estudo, por exemplo, das maneiras pelas quais as comunidades se apropriam dos instrumentos do planejamento urbano pode na realidade enriquecer os estudos nesse campo na medida em que constituem modos de produção do espaço mais ou menos espontâneos, mais ou menos comunitários, operando estrategicamente dentro e fora das normas da cidade (ibid).

A autora argumenta, ainda, que a informalidade frequentemente opera dentro das instâncias governamentais, atuando elas mesmas muitas vezes de maneira informal - como por exemplo foi demonstrado por Gonçalves e Santos (2021) no Rio de Janeiro. Apesar de estar associada à pobreza e à precariedade, a informalidade também ocorre entre os mais ricos, como é por exemplo o caso de condomínios de alta renda.

Abdoumalig Simone (2001), a partir de diversos estudos na África e na Ásia, entende a informalidade como um processo dinâmico relacionado aos desafios enfrentados por cidadãos urbanos na busca por acesso às oportunidades, fornecendo um rico campo de conhecimento sobre diversas práticas urbanas e formas de associação. O autor aponta para a necessidade de ir além das divisões rudimentares entre formal e informal, sendo crucial olhar para as interseções entre limites e potencialidades que delimitam ou ativam iniciativas nas comunidades locais

A questão também é revista por Colin McFarlane e Michael Waibel no livro “Urban Informalities: Reflections on the Formal and Informal” (2016), no qual também defendem, a partir de evidências na América Latina e na Ásia, a necessidade de se distanciar de abordagens dicotômicas, refletindo sobre a ideia implícita da formalidade como a norma e a informalidade como seu desvio. O que encontramos muitas vezes, segundo demonstram, é a existência de arranjos híbridos de formal e informal, ou um contínuo formalidade-informalidade.

Ao considerar a informalidade como locus da análise crítica urbana, as pesquisadoras Nicola Banks, Melanie Lombard e Diana Mitlin sublinham a significância deste contínuo formal-informal ao mesmo tempo em que desafiam a dicotomia ao afirmar: “não há uma simples categorização; ao contrário, há um conjunto de estratégias e posições uma vez que tanto as elites e os grupos subalternos lutam para obter vantagens ou para lidar com desvantagens”¹ (BANKS; LOMBARD; MITLIN, 2020, p. 224). O foco na informalidade urbana é capaz de identificar esses “ganhadores” e “perdedores” no desenvolvimento urbano, destacando os desprivilegiados pela incapacidade de serem “formais”, mas também os privilegiados pela habilidade de serem seletivamente informais, uma vez identificado que a informalidade se trata também de uma estratégia adotada por indivíduos ou grupos na busca por acesso às oportunidades. As pesquisadoras destacam que, apesar da informalidade ser normalmente vista como um desvio das normas, em relação dicotômica com o formal, considerado como o normal, a informalidade significa muito mais do que a falta de regras ou regulações. Se as esferas formais obedecem a um conjunto de regras definidas pelo estado, as esferas informais podem ser vistas como um outro conjunto de regras, negociado e imposto por diversos atores que frequentemente incluem, ou mesmo vão além das normas municipais ou nacionais. Assim, a informalidade urbana oferece oportunidades para análises críticas do urbano e do planejamento, como fonte epistemológica para os estudos urbanos, sob o prisma da decolonialidade.

Novos olhares sobre os conceitos de formal e informal foram lançados no estudo realizado por Barbosa e Fernandes (2015) ao comparar assentamentos no Sudeste Asiático e no Brasil. Amostras de tecidos urbanos em quatro cidades foram analisadas com enfoque na morfologia urbana, associada à investigação sobre os processos de formação de cada tecido, relacionadas às dinâmicas políticas e socioeconômicas de cada país de acordo com sua posição periférica no capitalismo global. Um dos resultados da pesquisa foi o entendimento de que, nesses contextos em que o planejamento urbano não resulta em ações efetivas, tecidos urbanos tratados como formais não eram necessariamente planejados mas induzidos por ondas de investimento em infraestruturas, sobretudo rodoviárias. De outro lado, a informalidade de outros assentamentos não estava necessariamente relacionada à titularidade ou obediência às normas locais, mas respondia a processos espontâneos de produção do espaço, produzindo tipologias que se aproximavam daquelas informais, mas que muitas vezes estavam legalizados ou não eram percebidos como informais pela população local. A reclassificação desses tecidos, inicialmente abordados como formais ou informais, em tecidos espontâneos ou induzidos diz muito mais sobre os processos de formação do espaço urbano do que a obediência ou não às normas, que não era o enfoque do estudo. Essa experiência é um exemplo da superação da dicotomia formal x informal

¹ Tradução livre da autora.

defendida pelos autores supracitados, oferecendo alternativas epistemológicas para o estudo de tecidos urbanos com enfoque na morfologia, no contexto do Sul Global.

Essas experiências estão relacionadas a um crescente paradoxo nos estudos urbanos em que a maior parte da urbanização acontece nos países em desenvolvimento enquanto a maioria das teorias urbanas é formulada nos países desenvolvidos (ROY, 2005). Diante disso, abordagens contemporâneas têm buscado produzir conceitos e teorias a partir do Sul Global, diversificando as fontes de pesquisa, na busca de (re)formulação teórico-metodológica dos instrumentos e leituras dessas realidades. (ROBINSON, 2002; ROY, 2015; SANTOS, 2004). Assim, a aplicabilidade de conceitos produzidos no norte em contextos no Sul Global deve ser sempre questionada, balizando-os quando necessário.

Na escala nacional o mesmo ocorre quanto à aplicação das teorias urbanas e do planejamento urbano produzidas no sudeste na região Amazônica, com processos de urbanização tão complexos e característicos como demonstrado por diversos autores (BECKER, 2013; CARDOSO et al., 2020; CASTRIOTA, 2021, dentre outros). A questão da informalidade como tratada por autores como Ermínia Maricato (1995, 2000), Raquel Rolnik (2000, 2015), Edésio Fernandes (2001), se refere primordialmente à formação de favelas e assentamentos precários periféricos nas grandes metrópoles, processos com pouca similaridade à informalidade encontrada em muitos casos do Pará, como por exemplo casos de municípios inteiros com titularidade irregular. Torna-se assim urgente a revisão de conceitos e ideias acerca da informalidade urbana que retratem realidade diversa e complexa das formações socioespaciais, contribuindo por fim, ao planejamento urbano nesses territórios e à elaboração de políticas públicas eficazes.

1.2. Informalidade, legislação e ilegalidade

A denominação de “Núcleos Urbanos Informais” é dada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) para caracterizar áreas passíveis da utilização de uso capião, para fins de regularização fundiária urbana. A lei regulamenta os artigos 182 e 183 do capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988 que tratam da política de desenvolvimento urbano no Brasil e das questões referentes à função social da propriedade e às regras para desapropriação. O marco regulatório é uma resposta à urgente questão da terra urbana no Brasil, que tem origens na Lei de Terras de 1850, com a generalização da propriedade privada e estava no cerne das lutas do Movimento da Reforma Urbana no período de redemocratização da década de 1980. Apesar da lentidão dos marcos regulatórios, a questão da terra urbana e da precariedade habitacional vem sendo discutida no Brasil e na América Latina desde as primeiras décadas do século XX. Como demonstrado por Gomes (2009), o tema da habitação esteve no centro das discussões de diversos congressos de abrangência latino americana, se consolidando como uma preocupação entre arquitetos e urbanistas. O que hoje a legislação vigente reconhece como núcleos urbanos informais, vem sido tratado sob diversas nomenclaturas ao longo das décadas: favelas, loteamentos irregulares de baixa renda, cortiços, conjuntos habitacionais (MORAIS, KRAUSE & LIMA NETO, 2016), além de caracterizações mais populares como ocupação e invasão.

Apesar da centralidade do tema da precariedade habitacional e fundiária nos estudos urbanos, ainda havia, no momento do lançamento do Estatuto das Cidades (2001), segundo Maricato “um descolamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e a legislação urbanos (...) e a realidade socioambiental de nossas cidades, em especial o crescimento da ocupação ilegal das favelas” (2000, p. 121-122). Nas palavras de Francisco de Oliveira, tratava-se “(d)as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, expressão que deu título ao texto paradigmático da autora no qual ela aponta para o fato de que, apesar da existência de abundante aparato regulatório no tema da ocupação urbana no Brasil, o assentamento ilegal e a precariedade habitacionais não só são tolerados como formam partes intrínsecas do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, sendo funcionais para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho. Como observado por Ananya Roy (2010) a produção da cidade e da habitação informal não é algo que opera fora do sistema, mas constitui um modo capitalista de produção por excelência, ao criar

variações entre espaços valorizados e desvalorizados, a partir da categorização do que é “formal” ou “informal. Maricato (1995) destaca que, no Brasil, a ocupação ilegal de terras é informalmente consentida pelo Estado, as vezes até incentivada, inclusive em áreas de proteção ambiental e raramente em áreas de interesse do mercado imobiliário. Isso se dá devido a uma articulação entre legislação, mercado e renda imobiliária.

Enquanto nas grandes metrópoles do sudeste a ocupação ilegal de terras está relacionada à inacessibilidade do mercado formal de terras pela maioria dos migrantes, na Amazônia e em especial no Pará a ilegalidade das ocupações tem múltiplas outras questões. Como destacado por Gouvêa et al (2009) o cenário por trás do quadro de irregularidade encontrando no Norte é bastante distinto daquele encontrado nas regiões mais desenvolvidas, já bastante estudadas. Na Amazônia, a situação fundiária apresenta problemas de toda ordem, incluindo títulos deslocados, sobreposição de títulos, registros falsos. Em um contexto de urbanização extensiva, os conflitos de origem agrária pela posse de terra extravasam para a área urbana, e com eles os problemas de ordem econômica, ambiental e social. Como destacaram os atores, muitas cidades na região se desenvolveram em terras públicas sob a tutela do Incra, a partir de núcleos e assentamentos de reforma agrária (ibid).

Assim, apesar dos diversos avanços no marco regulatório e nas políticas urbanas, a informalidade urbana ainda é uma questão central de difícil resolução. Antes mesmo da regularização, um dos principais desafios que se coloca é a da quantificação e caracterização dos assentamentos precários brasileiros diante da precariedade das informações necessárias à formulação de uma política nacional, visto que as únicas estatísticas de abrangência nacional até recentemente eram fornecidas pelo IBGE através dos chamados *aglomerados subnormais*. Tal categoria abarca somente as favelas, não incluindo loteamentos, cortiços e conjuntos irregulares ou precários. Ainda, são contabilizados somente os aglomerados com mais de 51 domicílios resultando em uma subestimação das favelas (CARDOSO, 2016).

Na análise de Clichevsky (2007), considerando diversos casos na América Latina, a informalidade urbana se expressa basicamente por duas formas de transgressão: a falta de títulos de propriedade ou de contratos de aluguel; e o processo de urbanização: descumprimento das normas de subdivisão, uso, ocupação e construção da cidade e as exigências ambientais para a localização de usos. No entanto, na legislação brasileira a informalidade urbana é alvo de ações de regularização fundiária, sendo tratada basicamente segundo dois aspectos: a precariedade das infraestruturas e serviços básicos e a questão da titularidade, sendo a última tratada com prioridade. Essas questões evidenciam a necessidade de atualizar os conceitos de informalidade no contexto amazônico, que levem em consideração as diversas tipologias e morfologias produzidas, relacionando-as aos processos históricos de formação.

Breve contexto histórico-geográfico: Sudeste Paraense

Locus de implantação do Projeto Grande Carajás – que incluiu a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e diversas rodovias, dentre outras infraestruturas - o sudeste paraense se consolidou como área de fronteira amazônica, constituindo-se como local de expansão geográfica e deslocamento temporal no novo contexto de acumulação capitalista que se firmou a partir de fins da década de 1970 (MONTEIRO & SILVA, 2021). Os grandes projetos voltados ao desenvolvimento regional, ligados à extração mineral, tiveram como resultado intensos processos de urbanização. Como observado por Bertha Becker (2013), a expansão urbana na fronteira é anterior às expansões agropecuárias e minerais, uma vez que os núcleos urbanos formados se tornam o lugar de residência da mão de obra imigrante, com serviços básicos à mobilização de recursos, formando a base logística de expansão dessa fronteira.

O projeto de ocupação das terras amazônicas, no âmbito do Programa de Integração Nacional em 1970 (PIN) se materializa na região através de dupla infraestrutura composta por uma rede

rodoviária e de assentamentos agrários, que logo se convertem em núcleos urbanos. A partir da criação do SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em 1953, a região tem sido alvo de diversos programas de visavam a integração econômica da região e a superação das desigualdades regionais. Os planos elaborados nesse contexto tinham em suma, os seguintes objetivos: “(a) conhecer o potencial da região em termos de recursos naturais; (b) agir em alguns problemas principais, visando amenizar o quadro entendido como de precariedade em que se encontrava a Amazônia, principalmente no que tangia a condições da população (saúde, educação, etc); e c) a dotar a região de infraestrutura e de conhecimento agropecuário, para criar bases mais sólidas no processo de valorização.” (OLIVEIRA et al, 2014, p.). A implantação do SPVEA consolidou o discurso nacional-desenvolvimentista na região, constituindo uma nova diretriz de políticas de desenvolvimento regional, articulada a um discurso de valorização econômica da Amazônia, consolidando-se também uma nova estratégia de planejamento de longo prazo para a região (ibid).

Posteriormente a esse período, no governo militar, diversos planos foram elaborados para a região, dos quais destacamos os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (1966-1980), o Plano de Integração Nacional (PIN, 1970) e o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, 1974), estes últimos com fortes implicações espaciais e sociais na no sudeste paraense. Tais planos visavam, de um lado, o desenvolvimento através da criação de pólos exportadores de recursos naturais, e de outro, da integração da região ao território nacional através da implementação de infraestruturas de transporte. Assim, valorização econômica, desenvolvimento e superação de desigualdades regionais continuaram na pauta das discussões e ações na Amazônia.

O Programa de Integração Nacional, PIN, apostou na conexão da região com o restante do país através de infraestrutura rodoviária, onde destacamos a construção da Transamazônica e da Belém-Brasília, na década de 1970. Tais rodovias, além de facilitar o escoamento da produção, também serviriam para trazer imigrantes, dentro do discurso criado que a Amazônia era um vazio demográfico a ser preenchido (CARDOSO, LIMA, 2009). Esse preenchimento demográfico da região se daria, de acordo com os planos, através do desenvolvimento agrário e de animais, tal como preconizavam os primeiros planos da SPVEA. Contraditoriamente, os planos implementados pelo Incra, no contexto do PIN, eram tanto rurais quanto urbanos, uma vez que previam tanto a concessão de terras ao longo das rodovias, para os colonos, como toda uma rede urbana de agrovilas e agrópolis. Urbanização acelerada, uma população migrante instável e processos excludentes capitalistas, resultam em assentamentos humanos precários que, somados ao imbróglho da titularidade das terras do Pará, tornam a informalidade uma questão onipresente nos municípios da região (GOUVÊA; ÁVILA; RIBEIRO, 2009), agravando históricas situações de desigualdades e injustiças socioespaciais.

A Lei de Terras, de 1850, consolida a propriedade privada de terras no Brasil, ao proibir a aquisição de terras públicas por outro título que não o de compra, além de instituir o registro paroquial para comprovação de posse, identificando as terras particulares e as públicas (por exclusão). Esse novo sistema, implementado num período de transição com libertação da mão de obra escrava e a importação de mão de obra imigrante assalariada sem recursos para comprar terras, favoreceu a elite econômica do país, resultando na concentração de terras que vemos hoje. A partir da Constituição Federal de 1891, as terras devolutas, ou seja, terras não ocupadas por particulares, passam a pertencer ao Estado, que realiza então a alocação de terras através da emissão de títulos. Assim, os conflitos pela posse de terra se afluam, principalmente nas regiões mais inóspitas do país como a Amazônia, de difícil acesso e escassa fiscalização. Na medida em que cresce o potencial econômico da região, a partir dos diversos projetos e infraestruturas instalados, esses conflitos se acirram (ibid).

O padrão de ocupação e circulação que se consolidou durante os ciclos extrativistas (ervas do sertão, borracha e madeira) e predominante até a década de 1960 era regido pelos rios, com forte hierarquia entre cidades, municípios e vilas associada à própria ramificação dos rios, formando

uma rede urbana dendrítica que dava suporte às atividades extrativistas na região com destaque para os entrepostos comerciais de matriz ribeirinha (CORRÊA, 1987). Marabá, a principal centralidade do sudeste paraense assumiu desde cedo a liderança nessa rede, devido a sua localização estratégica como posto comercial na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins e devido à grande produção de borracha. A partir da década de 1920, com o declínio da economia da borracha, Marabá se consolida como importante centro de extração e comércio da Castanha do Pará, cuja economia estabeleceu um arranjo territorial denominado Castanhais baseando em sistema de castanhais livres, ou “castanhais do povo”. Mais tarde, esse sistema foi substituído por um sistema de arrendamento controlado por comerciantes e grupos familiares que deram origem a uma oligarquia local, a chamada oligarquia do Tocantins (EMMI, 1999). Com isso se dá início a alta concentração de terras em Marabá. Hoje, grande parte desses antigos castanhais foram transformados em pastos e Marabá tem o terceiro maior rebanho do Brasil. Tais grupos de comerciantes e famílias dos antigos castanhais não concentram terra apenas no território rural de Marabá mas também ainda dominam as relações comerciais e imobiliárias nas áreas urbanas (MICHELOTTI, 2019).

Hoje, a cidade é constituída por três núcleos distintos, cada um correspondente à uma lógica de povoamento e como resultado de processos histórico geográficos distintos. Enquanto a ocupação da Velha Marabá, no entroncamento dos rios Tocantins e Itacaiúnas, corresponde ao período da exploração do caucho, onde predominavam as relações tanto comerciais quanto cotidianas da população com o rio, os demais núcleos, Cidade Nova e Nova Marabá, apresentam ocupações relacionadas à lógica rodoviarista imposta no momento em que a Transamazônica corta a cidade, a partir de 1971. Se por um lado a localização da cidade velha favorecia as trocas comerciais, também enfrentava problemas de enchente. Após a enchente histórica de 1980, a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), órgão de planejamento federal, implantou o núcleo urbano Nova Marabá, com características urbanas bem diversas da cidade originária, baseando na ocupação extensiva de terras, na lógica do transporte por veículos, afastada dos rios, ignorando completamente os modos de vida da população local. Concomitantemente, desenvolveu-se o núcleo Cidade Nova, nas bordas da transamazônica, apresentando o modelo de urbanização em forma de grelha.

A construção da rodovia PA-150 e também da Ferrovia de Carajás (no contexto do PGC) consolidaram Marabá como nó regional, reforçada pela instalação do aeroporto e, posteriormente, pela presença de diversos órgãos federais e estaduais. Segundo a análise de Cardoso e Lima (2009), “essa condição não favorece a gestão de seu espaço intra-urbano, cada vez mais caótico em função dos conflitos de interesses entre o setor privado e a coletividade.” Ainda hoje, a cidade segue crescendo no padrão de núcleos isolados, onde muitas vezes predomina a informalidade, anexados às infraestruturas de transportes, como por exemplo Morada Nova e São Félix, além dos condomínios fechados. Essa expansão horizontal, além de consumir terras para usos urbanos, dificulta a gestão municipal, principalmente quanto à fiscalização, à provisão de infraestruturas básicas e de transportes, agravando a questão da informalidade urbana.

Outro modelo de urbanização resultante do planejamento federal na região é aquele relacionado direta ou indiretamente à exploração dos recursos naturais. O Polamazônia, citado anteriormente, culminou na criação do Projeto Grande Carajás (PGC) em 1980, ponto chave nas transformações socioespaciais na região. Os impactos do projeto não resultam somente dos investimentos federais diretos, tais como a implementação de pólos de extração de minerais na Serra de Carajás, a construção da Ferrovia Carajás e da Hidrelétrica de Tucuruí, mas são decorrentes também dos incentivos à instalação de empresas do setor minero-metalúrgico, sobretudo na região de Marabá, como destaca Monteiro (2005).

Tal como o projeto agrário era também um projeto de colonização e urbanização, assim foram também os projetos relacionados ao PCG, a exemplo do Núcleo Urbano de Carajás. A viabilidade da extração de recursos dependia não somente da infraestrutura de transportes para escoamento da produção, mas também da imigração e colonização da região. Assim, estava incluído no projeto

de mineração, o projeto de assentamentos, com coordenação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins).

O sistema logístico implementado no âmbito do PGC, teve e ainda têm diversas implicações na região, das quais destacamos os impactos das rodovias na formação de novos núcleos urbanos na beira da estrada, a exemplo de Medicilândia e Marabá. Destacam-se ainda, os inúmeros conflitos com os povos originários na medida em que as infraestruturas cortam Terras Indígenas (cujo reconhecimento e homologação não por acaso coincidem com a implantação das infraestruturas) e destroem as relações dos povos amazônicos a natureza, acentuando os processos de criação de heterogeneidades e desigualdades, dentro de uma lógica espoliadora.

Com a implementação das rodovias, um novo padrão de ocupação é introduzido, reconfigurando a rede urbana dendrítica. Conforme descrito por Corrêa:

“a criação de núcleos rurais-urbanos e urbanos, em plena ‘terra-firme’, será um dos elementos caracterizador das transformações da rede urbana amazônica, alterando, em parte, um padrão espacial longamente estabelecido que se caracterizava pelo caráter ribeirinho dos núcleos urbanos” (ibid p. 56)

Nesse processo, novas tipologias de ocupação são introduzidas seguindo o modelo moderno-rodoviário tais como os assentamentos rurais, agrovilas, as company towns, etc. Quando não planejados, como o caso do projeto da SUDAM para a Nova Marabá, tais assentamentos são fortemente induzidos pelas estruturas rodoviárias, com o surgimento de vários núcleos ao longo das rodovias ou nos entroncamentos. Produtos da urbanização acelerada, apresentam primordialmente padrões tipológicos baseados na repetição e na grelha, bastante distintos do padrão tradicional ribeirinho. Apesar de se assemelharem a loteamentos planejados e formais, raramente o são. De outro lado, padrões de ocupação tradicionais ribeirinhos com características vernaculares, são classificados como informais, por não apresentarem os padrões modernos exigidos.

Como resultado dos projetos de integração e colonização a partir da década de 1970 temos muitos municípios que surgiram como resultados de projetos de assentamento associados seja à agricultura seja à mineração, de iniciativa pública ou mesmo privada. São os casos por exemplo de Tucumã, um projeto conduzido pela Andrade & Gutierrez com interessantes articulações entre agrário e urbano; de Canaã dos Carajás cuja origem está relacionada a um projeto de colonização do GETAT associado à implantação da minas na Serra de Carajás; de Bannach, um município totalmente irregular que surge a partir de divisão e venda irregular de parcelas de uma fazenda¹; e muitos outros municípios com origens relacionadas ao Incra. Essas são situações peculiares na perspectiva da urbanização extensiva, em que rural e urbano se misturam na medida em que as cidades se desenvolvem em terras destinadas aos assentamentos rurais promovidos em terras da União pelo Incra. Dados preliminares levantados por Gouvêa et al (2009) demonstram que há 169 municípios na Amazônia Legal cujas áreas urbanas incidem em terras do Incra, sendo 138 desses com menos de 20 mil habitantes. Como observam os autores, em muitos casos, os municípios não detêm de fato o domínio das áreas públicas, dificultando a realização de investimentos em infraestrutura, implantação de equipamentos públicos comunitários, etc. Ou seja, a ilegalidade abrange todo o município, inclusive as propriedades públicas. Os autores também levantam dados interessantes do Censo para a Amazônia que implicam em uma reflexão importante no tema da informalidade: segundo o censo de 2000, 57% dos municípios da Amazônia Legal não eram atendidos por rede geral de coleta de esgotos. Nos 169 municípios incidindo em terras do Incra essa proporção é de 72%, e 51% dos domicílios particulares não eram atendidos por rede de água. Ou seja, a irregularidade urbana não é somente relacionada à titularidade, mas largamente pela falta da provisão de infraestrutura básica, como rege a legislação federal (Lei 6766/1979).

Na atualidade, a região continua sendo impactada pelas históricas e constantes tentativas de integração da região ao sistema econômico nacional e da superação das desigualdades através do desenvolvimento regional. Perdura a lógica do desenvolvimento pela mercantilização da

natureza com consequências graves para o meio ambiente, verificadas pelo crescente desmatamento e substituição da floresta por pasto. Perdura também a lógica rodoviarista de expansão urbana, produzindo complexas relações rurais-urbanas características da Amazônia e diversas complexidades no espectro formal-informal que necessitam de investigações aprofundadas, sendo importante a revisão de conceitos acerca do urbano extensivo e da informalidade.

Conclusões: Caminhos possíveis para o estudo da informalidade na Amazônia

O primeiro desafio que se coloca está em estabelecer conexões entre os temas da urbanização extensiva, informalidade urbana e regularização fundiária, considerando as muitas complexidades encontradas no contexto a ser estudado. Como se entrelaçam as questões relacionadas à titularidade, aos projetos de assentamento, às lutas camponesas no campo do urbano? Como as lutas camponesas do Pará e as lutas pela terra urbana estão associadas? Como a ampliação das injustiças socioespaciais vistas nas grandes cidades se dão nas cidades médias amazônicas e nas muitas agrovilas e Rurópolis?

Para entender as origens da informalidade no urbano extensivo amazônico, é fundamental a revisão histórica dos processos de formação espacial na região, com o objetivo de compreender, classificar e cartografar as multiplicidades de origens de assentamentos, sejam aqueles às margens da rodovia, sejam aqueles resultados de projetos de assentamento, sejam aqueles do garimpo, ou cidades já consolidadas que se transformaram nas últimas décadas. O trabalho de vários autores oferecem excelentes bases para essa pesquisa, tais como Becker (2013), Emmi, (1988), Velho (2009), Monteiro (MONTEIRO, 2005; MONTEIRO; SILVA, 2021), Michelotti (2019) dentre outros.

Uma pesquisa com enfoque na produção de espacialidades, que tenha enfoque não só na questão da legalidade mas sobretudo da leitura morfológica das diversas materialidades encontradas na informalidade se beneficia enormemente da cartografia descritiva e interpretativa. Considerando o caráter urbano extensivo da Amazônia, essa deve abordar os objetos de estudo em pelo menos três escalas: regional, municipal e local, explorando a interesalaridade do fenômeno. Aqui, a cartografia não será utilizada somente como ilustração, mas em seu potencial investigativo, explorada para descobrir e revelar relações físicas e sociais no território (CORNER, 1999; WALDHEIM; DESIMINI, 2016).

Na escala regional a cartografia é capaz de revelar os processos históricos de urbanização na região, as transformações do território decorrentes das novas infraestruturas instaladas, sobretudo as rodovias, e a relação destas com o surgimento de novas ocupações e novos municípios. A abordagem pela cartografia, a partir do entendimento do território com paisagem em transformação, permite a inclusão de temas normalmente não associados ao urbano, tais como a mineração, o agronegócio e o desmatamento.

A abordagem cartográfica permite também a interpretação das relações espaciais entre as ocupações de padrão dendrítico em oposição às rodoviárias e o surgimento de modelos híbridos ao longo das décadas. A partir da construção de um panorama geral, deve-se selecionar amostras de municípios, segundo os padrões e históricos de formação, de modo a contemplar uma diversidade de situações morfológicas, históricas e também dentro do contínuo formal-informal. A partir da análise da forma urbana dos municípios são os núcleos para serem analisados na escala local através de análise da morfologia urbana e tipologia.

A análise espacial deve ser feita com base no método da morfologia urbana, com as devidas críticas e adaptações para os contextos encontrados. A pesquisa desenvolvida por Cardoso et al (2020), questionou a aplicabilidade do método na região, visto à falta de cadastros e o distanciamento dos padrões urbanos a partir dos quais tais métodos foram desenvolvidos, quais sejam, as cidades europeias marcadas por forte tradição de planejamento. Entretanto, o grupo concluiu que o método tradicional da escola inglesa de morfologia urbana foi adequado ao contexto

ao encontrar padrões de morfológicos em Belém, Santarém, Marabá e Canaã dos Carajás, semelhantes às cinturas periféricas descritas por Whitehand. Segundo a análise do grupo, os estudos morfológicos de tipos distintos de assentamentos precários têm contribuído para o planejamento urbano de Belém, na elaboração de propostas de aprimoramento do zoneamento e na definição das ZEIS.

Assim, entende-se que esta pesquisa proposta também se beneficiará pelo método, que deve ser devidamente testado nas especificidades das cidades do sudeste paraense de médio e pequeno porte e adaptações necessárias poderão ser realizadas.

A escola inglesa de morfologia urbana, desenvolvida principalmente por Whitehand se baseia na abordagem histórico-geográfica construída a partir do trabalho fundador de M.R.G. Conzen em Alnwick. A estrutura oferecida para o estudo e desenho da forma física das cidades tem como aspecto chave a visão tripartida da paisagem urbana, incluindo o plano da cidade, o tecido edificado e o uso do solo. De acordo com a síntese oferecida por Oliveira (2016, p. 15), o plano da cidade é constituído de três elementos diferentes: “i) as ruas e a sua organização num ‘sistema de ruas’; ii) as parcelas e a sua agregação em quarteirões; e iii) a planta de implantação de edifícios.” Eis que encontramos o primeiro desafio para a aplicabilidade na região, visto a ausência de dados cadastrais e também, a ausência de parcelamento em assentamentos informais.

O trabalho supracitado de Barbosa e Fernandes (2015), que também aborda tecidos informais, se baseou na metodologia proposta por Lamas (1993), adotando três escalas de análise: da cidade, do fragmento e da amostra. Não é incluída, portanto, a análise da parcela, pois em muitos exemplos há uma ausência das mesmas, como no caso dos ‘superblocks’ encontrados em Jakarta, Indonésia, em Higienópolis em São Paulo ou nos tecidos tradicionais em Hanoi, Vietnã. O trabalho demonstra, portanto, a capacidade de adaptar os métodos da metodologia urbana aos padrões encontrados na pesquisa.

Para a elaboração da cartografia e dos estudos morfológicos e tipológicos podem ser utilizadas ferramentas de geoprocessamento de livre acesso, tais como QGIS, utilizando de bases de dados espaciais disponíveis no IBGE, PRODES, CPRM, DNIT e demais instituições públicas. O levantamento de dados espaciais não cadastrados pode ainda ser complementado por imagens aéreas obtidas pelo Google e verificado através de visitas de campo. No entanto, a situação de formalidade ou informalidade, ou de legalidade dos tecidos selecionados deve ser verificada e analisada através de entrevistas às autoridades locais e também aos moradores, através de entrevista não estruturada e abordagem livre.

A área de estudo do estudo proposto apresenta coexistência de áreas de ocupação antiga e recentes e uma diversidade de formas de ocupação, incluindo assentamentos agrícolas, terras indígenas e centros urbanos de diversos tamanhos, o que nos dará uma grade diversidade de amostras. Através da comparação das mesmas, deve-se construir um espectro diverso no contínuo formal-informal, reconhecendo a incompletude do trabalho diante da complexidade e pluralidade das formações socioespaciais encontradas. A aplicação do método proposto tem a potencialidade de focar nos resultados espaciais das intensas transformações no território do sudeste paraense e, ao associar as questões morfológicas ao estudo dos processos histórico-geográficos que deram origem a tais tecidos, deve também revisar as dicotomias formal x informal dentro da perspectiva da urbanização extensiva.

7. Referências

BANKS, Nicola; LOMBARD, Melanie; MITLIN, Diana. “Urban Informality as a Site of Critical Analysis.” **Journal of Development Studies**, v. 56, n. 2, p. 223–238, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00220388.2019.1577384>>.

BARBOSA, Eliana de Queiroz Barbosa; FERNANDES, Patricia Capanema Alvares Fernandes. “Formas espontâneas e induzidas: comparando São Paulo, Jacarta, Hanoi e Belo Horizonte.” **Revista de Morfologia urbana**, v. 3, p. 85–102, 2015.

BECKER, Bertha. **A urbe Amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Julio. “A Influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia.” **Novos Cadernos NAEA**. Belém: UFPA, v. 12, p. 161-192, 2009.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte *et al.* “Morfologia Urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará”. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. 1–18, 2020.

CARDOSO, Adauto Lima. “Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos”. In: MORAIS, Maria da Piedade, KRAUSE, Cleandro, & LIMA NETO, Vicente Correia Lima (eds). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: Ipea, 2016.

CASTRIOTA, Rodrigo. **Urbanização Extensiva na Amazônia Oriental: Escavando a não-cidade em Carajás**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

CLICHEVSKY, Nora. “Informalidad y regularización del suelo urbano en América Latina: algunas reflexiones.” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, p. 55, 2007.

CORNER, James. “The Agency of Mapping”. In: COSGROVE, DENIS (Org.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999. p. 213–252.

CORRÊA, Roberto Lobato. “A periodização da rede urbana da Amazônia.” **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. jul/set, p. 39–68, 1987.

CÔRTEZ, Julia Corrêa; D’ANTONA, Álvaro de Oliveira; OJIMA, Ricardo. “Urbanização Extensiva E Reconfiguração Rural Na Amazônia : Uma Proposta Teórico- Metodológica Baseada Em Indicadores”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1–25, 2020.

EMMI, M.F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: UFPA: Naea, 1988.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. [S.l.]: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org). **Urbanismo na América do Sul: circulação de idéias e constituição do campo**. Salvador: Edufba, 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares; SANTOS, Caroline Rocha Dos. “Gestão da informalidade urbana e tolerância precária: uma reflexão crítica em torno dos sentidos implicados em projetos de regularização fundiária.” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 1–21, 2021.

GOUVÊA, Denise de Campos; ÁVILA, Paulo Coelho; RIBEIRO, Sandra Bernardes. “A Regularização Fundiária Urbana na Amazônia Legal.” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 73–93, 2009.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia; LISBOA, Universidade Técnica De. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa, 1993.

MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” IN: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole Na Periferia Do Capitalismo : Ilegalidade Desigualdade E Violência**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MCFARLANE, Colin; WAIBEL, Michael. **Urban Informalities: Reflections on the Formal and Informal**. Routledge, 2016.

- MICHELOTTI, Fernando. **Territórios de Produção Agromineral**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MONTE-MÓR, R.L. **O Que é o urbano, no mundo contemporâneo**. p. 14, 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD 281.pdf>>.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. “Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental”l. In: SANTOS, MILTON ET AL (Org.). . **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís M. **Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia**. Tese (doutorado) University of California, 2004.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. “Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional.” **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 187–207, 2005.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos Da. “Expansão geográfica , fronteira e regionalização: a região de Carajás.” **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, v. 49, p. 1–16, 2021.
- OLIVEIRA, Wesley; TRINDADE, José. R. ; FERNANDES, Danilo A. “O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia e o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo Brasileiro.” **Ensaio FEE** (online), v. 35, p. 80-110, 2014.
- OLIVEIRA, Vitor (ed.); MONTEIRO, Cláudia (ed.). *“Diferentes abordagens no Estudo da Forma Urbana”*. FEUP Edições, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2782934>>.
- ROBINSON, Jennifer. “Global and world cities: a view from off the map.” **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 3, p. 531–554, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel. *“Regulação Urbanística No Brasil. Conquistas E Desafios De Um Modelo Em Construção.”* (Pontifícia Universidades Católica de Campinas, Org.)Seminário Internacional:Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social. Campinas: [s.n.], 2000
- ROY, Ananya. “Urban informality: Toward an epistemology of planning.” **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147–158, 2005.
- ROY, Ananya. “Who’s Afraid of Postcolonial Theory?” **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 1, p. 200–209, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente** : Um discurso sobre as ciências revisitado Edições Afrontamento, 2004.
- SIMONE, A. M. “Straddling the divides: Remaking associational life in the informal African city.” **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 25, n. 1, p. 102–117, 2001.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- WALDHEIM, Charles; DESIMINI, Jill. **Cartographic grounds** : projecting the landscape imaginary. Princeton Architectural Press, 2016.

¹ Informações dos municípios coletadas em entrevistas com servidores públicos nas Prefeituras, pesquisa não publicada, ainda em andamento.